

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep
NÃO CUMULATIVIDADE. APURAÇÃO DE CRÉDITO BÁSICOS NA MODALIDADE
AQUISIÇÃO DE INSUMOS. EXCLUSÃO DO ICMS.
Desde que observada a legislação de regência, em relação aos créditos básicos da
Contribuição para o PIS/Pasep vinculados a dispêndios com a aquisição de
insumos, nos termos do art. 3º, caput, inciso II, da Lei nº 10.637, de 30 de
dezembro de 2002, a pessoa jurídica que incorreu nesses dispêndios:
a) até 30 de abril de 2023, pode não excluir da base de cálculo desses créditos o
ICMS incidente na venda desses insumos pelos seus fornecedores; e
b) a partir de 1º de maio de 2023, deve excluir da base de cálculo desses créditos o
ICMS incidente na venda desses insumos pelos seus fornecedores.
SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº
267, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.
Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, art. 3º, caput, inciso
II; Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023; Lei nº 14.592, de 30 de
maio de 2023, art. 6º; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de
2022, art. 171; e Parecer SEI nº 14.483/2021/ME, de 28 de setembro de 2021, item
60, alínea 'c'.
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
NÃO CUMULATIVIDADE. APURAÇÃO DE CRÉDITO BÁSICOS NA MODALIDADE
AQUISIÇÃO DE INSUMOS. EXCLUSÃO DO ICMS.
Desde que observada a legislação de regência, em relação aos créditos básicos da
Cofins vinculados a dispêndios com a aquisição de insumos, nos termos do art. 3º,
caput, inciso II, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a pessoa jurídica que
incorreu nesses dispêndios:
a) até 30 de abril de 2023, pode não excluir da base de cálculo desses créditos o
ICMS incidente na venda desses insumos pelos seus fornecedores; e
b) a partir de 1º de maio de 2023, deve excluir da base de cálculo desses créditos o
ICMS incidente na venda desses insumos pelos seus fornecedores.
SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº
267, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.
Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, art. 3º, inciso II;
Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023; Lei nº 14.592, de 30 de maio
de 2023, art. 6º; Instrução Normativa RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022,
art. 171; e Parecer SEI nº 14.483/2021/ME, de 28 de setembro de 2021, item 60,
alínea 'c'.
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
FEDERAL INEFICÁCIA PARCIAL.
Não produz efeitos o questionamento sobre a constitucionalidade ou a legalidade
da legislação tributária.
Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 2.058, de 9 de dezembro de 2021,
art. 27, caput, inciso VIII.

HELDER GERALDO MIRANDA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão